



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PARECER

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 361/2023

PROPONENTE: **DEPUTADO WILKER BARRETO**

RELATORA: **DEPUTADA DRA. MAYARA PINHEIRO REIS**

ESTABELECE o fornecimento de “mamas solidárias” às mulheres mastectomizadas que se submeteram a cirurgia para retirada das mamas.

I – RELATÓRIO

Na data de 11 de abril de 2023 foi protocolado pelo ilustre Deputado Wilker Barreto o Projeto de Lei Ordinária de nº 361/2023, que “ESTABELECE o fornecimento de “mamas solidárias” às mulheres mastectomizadas que se submeteram a cirurgia para retirada das mamas”.

O projeto em epígrafe esteve em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 12, 13 e 18 de abril de 2023.

Não foram apresentadas emendas ou substitutivos à propositura.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se manifestou favorável à aprovação do projeto de lei.

Nesta oportunidade, o projeto vem à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo-me, na qualidade de Relatora, apreciá-la quanto aos aspectos definidos no artigo 27, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Designada para relatar a matéria, passo a emitir Parecer.

É o Relatório no essencial.



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto tem por espoco auxiliar no tratamento e diminuição dos possíveis transtornos encarados pelas pacientes mastectomizadas, submetidas a cirurgia da retirada das mamas.

Consoante justificativa do autor, que é de conhecimento público e notório, que o número de casos de câncer de mama vem crescendo abruptamente na população brasileira e receber o diagnóstico desta doença costuma desestruturar o indivíduo, familiares e amigos.

De fato, apesar de toda dor, sofrimento e angústia serem personalíssimos à paciente e que se estende de tal proporção aos seus entes, cabe ao poder público o amparo nos estágios de prevenção, tratamento e recuperação física e psicológica pós-procedimental.

Para tanto, a presente propositura tem como escopo constitucional o respeito aos fundamentos basilares deste país, disposto no artigo inaugural da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 1º **A República Federativa do Brasil**, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e **tem como fundamentos**:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

A Constituição Federal de 1988 estabelece, ainda, em seu artigo 3º a solidariedade como objetivo fundamental desta República. Vejamos:



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Art. 3º Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e **solidária**;

(...)

A Lei Maior desta República traz à baila de forma cristalina, na abertura do Capítulo I que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, os princípios da igualdade e isonomia no *caput* do artigo 5º, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem **distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Dra. m r

Observamos, ainda, que compete de forma comum ao Estado legislar sobre temas relativos às pessoas portadoras de deficiência. Desta forma a Constituição Federal elucida:

Art. 23. É competência **comum** da União, dos **Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - **cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência**;





COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Outrossim, o artigo 24 discorre sobre a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Quanto à competência subjetiva da matéria em apreço, verifica-se sua subjunção aos preceitos constitucionais constantes do artigo 61, caput, da Constituição Federal, que atribui a competência concorrente para iniciativa no processo legislativo sobre a matéria em questão, competência esta na qual estão incluídos os parlamentares, bem como nos termos do artigo 33, §1º da Constituição Estadual e artigo 87, I, do Regimento Interno desta Casa, pontuo não existir óbices à propositura da demanda.

Por fim, no que tange o aspecto financeiro da demanda, a mesma não possui impacto financeiro, enquadrando-se na Lei Orçamentária Anual.

Assim sendo, a propositura apresenta compatibilidade e adequação com a Lei Orçamentária Anual. Esta, conseqüentemente, está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, e nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea “b”.

Diante do exposto, do ponto de vista da admissibilidade jurídica, a propositura atende aos preceitos constitucionais, legais e regimentais, permitindo, sua regular tramitação, motivo pelo qual recomendo sua aprovação.

III – VOTO

Do esboçado na fundamentação, e por não existir óbice constitucional, legal e regimental manifesto-me **FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 361/2023 epigrafada, conclamando aos demais membros desta Comissão e ao Plenário desta Casa de Leis, idêntico proceder.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

S.R. da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 13 de junho de 2023.

Dra. Mayara Pinheiro Reis
Deputada Estadual

Dra. Mayara
DEPUTADA ESTADUAL

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950.
Parque Dez, Manaus - AM, 69050-030.
Fone: 3183-4412 - Gabinete
3183-4564

Dra. Mayara
DEPUTADA ESTADUAL



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 09:51:18
JOAO LUIZ ALMEIDA DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 09:49:10
GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 09:45:01
ADJUTO RODRIGUES AFONSO - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 09:41:29
MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 07/07/2023 11:04:36



Documento 2023.10000.00000.9.033795
Data 07/07/2023



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2023.10000.00000.9.033795

Origem

Unidade: DEP. DRA MAYARA
Enviado por: MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS
Data: 07/07/2023

Destino

Unidade: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
Aos cuidados de: BRUNO FEITOSA CUNHA

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

Despacho: ENCAMINHO PARECER AO PL 361/2023 QUE ESTABELECE O FORNECIMENTO DE ?MAMAS SOLIDÁRIAS? ÀS MULHERES MASTECTOMIZADAS QUE SE SUBMETERAM A CIRURGIA PARA RETIRADA DAS MAMAS.